

ACADEMIA MILITAR



CONSELHEIRO AIRES DE ORNELAS E VASCONCELOS

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR

ANO LECTIVO 2005/2006

Trabalho Realizado pelo:

CAPITÃO DE ARTILHARIA, VÍTOR MANUEL FERREIRA LOPES

Academia Militar, Janeiro de 2006

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR

ANO LECTIVO 2005/2006



CONSELHEIRO
AIRES DE ORNELAS E VASCONCELOS

PRÓLOGO

“É bom possuir uma organização pautada nas regras mais perfeitas da ciência militar; é excelente dispor de um material de guerra que apresente a última vitória da indústria; é maravilhoso ver derramada a instrução nas fileiras por forma que ninguém desconheça os preceitos contidos nos diversos regulamentos; mas tudo isto pouco significará se houver sido desatendida a parte moral, e se as grandes virtudes do soldado não forem cultivadas e exaltadas a todo o momento e a propósito de todos os factos correntes, por forma a tornar o Exército a escola da Honra, da Lealdade e da Dignidade, ao mesmo tempo que a escola da Obediência.”

GENERAL JOSÉ ESTEVÃO DE MORAIS SARMENTO¹

Se bem que fundamental, não basta a todo o militar, conhecer e saber pôr em prática os conhecimentos técnicos e táticos da sua Arma ou especialidade. Das palavras do General Moraes Sarmiento fica bem patente a importância da componente moral que deve ter a formação e o ser militar. Como alicerce, os militares necessitam adquirir, além dos conhecimentos profissionais, as qualidades morais, das quais fazem parte as virtudes militares.

É sobre este tipo de alicerces que a estrutura do Exército e da Guarda Nacional Republicana deverá ser construída e mantida, e da qual depende a sua verdadeira solidez e continuidade.

Na avaliação do potencial humano e militar de uma Nação, há que fazer contas aos seus factores intelectuais e morais, sob pena de o avaliarmos erradamente. Napoleão, com a sua longa experiência de condutor de homens, disse: “a *força moral* entra por três quartos, enquanto que as *forças reais* entram apenas pelo quarto restante”.

Igualmente, “podem as Universidades contribuir com a maior eficiência para o desenvolvimento dos factores intelectuais, mas se cultivarem apenas a razão, não realizam inteiramente a sua missão educativa”². “É esta multiplicidade de valências formativas que mantém actual, singular, sólida e credível a missão secular da Academia Militar: moldar o temperamento e forjar o carácter do futuro chefe militar, desenvolvê-lo culturalmente e adestrá-lo fisicamente para o combate”³.

“Assim, pela inoculação dessas virtudes e, dum modo geral, das *qualidades morais*, se temperará o carácter do cidadão (...), da mesma forma que, pelos exercícios físicos, se lhe fortificam os músculos e se lhe desembaraçam os movimentos”⁴.

Foram estes os intentos, que em 1953, moveram o então Comandante da Escola do Exército, General Correia Leal, a adoptar para cada curso de entrada um Patrono, figura simbólica e expressiva da nossa história, que servisse de guia e de rumo aos alunos desse curso.

O Patrono do curso de entrada na Academia Militar no ano lectivo 2005/2006 – CONSELHEIRO AIRES DE ORNELAS E VASCONCELOS, foi exemplo dessas qualidades, sendo hoje evocado, pelo singular conjunto de virtudes cívicas e militares que possuía, e que, num dos mais difíceis períodos da nossa história, foram colocadas à prova, na paz e na guerra, distinguindo-se entre os melhores, servindo o seu país.

Que o carácter e virtudes do Vosso Patrono vos sirvam de guia ao longo das vossas vidas.

INTRODUÇÃO

O Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos foi um notável militar, político, e publicista. A descrição da sua obra e folha de serviços, por si só, bastariam para o tornar num paradigma de qualidades morais a seguir pelos futuros Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana. Contudo, o presente trabalho não traduziria toda a notoriedade de tão ilustre português se o não enquadrássemos na época em que viveu, descrevendo alguns dos factos que marcaram e modificaram Portugal, e nos quais Aires de Ornelas teve um papel determinante.

Assim, para compreendermos correctamente o sentido e o momento das transformações que ocorreram, é fundamental conhecermos os acontecimentos e a forma como surgiram no tempo, pelo que, far-se-á, inicialmente, uma breve descrição do ambiente nacional e internacional que Portugal enfrentava nos finais do século XIX e início do século XX, após o qual, passaremos então à apresentação do cidadão, militar, político, e publicista que foi Aires de Ornelas, para, por fim, terminar com uma exortação aos Cadetes do curso de entrada na Academia Militar no ano lectivo de 2005-2006.

A SUA ÉPOCA

No início do século XIX Portugal conheceu uma série de acontecimentos que fragilizaram grandemente a sua soberania. As invasões francesas, e a consequente saída da família real para o Brasil, a independência deste, as lutas liberais, entre outros, são acontecimentos que vão desvanecendo a sua atenção para os territórios de África e consequentemente diminuindo o seu domínio, que já desde o século XVI se encontrava em franco decréscimo.

Assim, desde praticamente o início do século XIX que começaram a surgir actos de rebelião dos povos e tribos nativas na África de domínio português. Contudo, esse domínio, tanto em Angola como em Moçambique, não ia além da faixa litoral, sendo a influência portuguesa vedada a uma enorme parcela desses territórios por diversas tribos insubmissas.

Ao falhanço das tentativas de ocupação pacífica por parte de Sá da Bandeira, pela fixação à terra, principalmente na Zambézia, de soldados europeus com suas famílias, acresce o facto da fraca organização e capacidades militares, quer em quantidade quer em qualidade, das tropas estacionadas nessas províncias, a qual estava longe de permitir quer uma ocupação, quer mesmo a repressão pelas armas dessas várias manifestações de hostilidade, e que se foram traduzindo, ao longo dos anos seguintes, em escaramuças e várias acções violentas de parte a parte.

Porém, simultaneamente, também no campo diplomático se travavam algumas batalhas, nomeadamente entre Portugal e Grã-Bretanha, quanto à salvaguarda das possessões portuguesas nas terras além-mar. A disputa em causa dizia respeito à baía de Lourenço Marques⁵ que os Britânicos afirmavam ser sua pertença. Contudo, o Marechal Mac-Mahon⁶, chamado a arbitrar tal contenda, com o seu justo espírito militar, resolveu por sua sentença arbitral, a favor de Portugal, ficando Lourenço Marques, sem sombra de dúvida, incluída no domínio português.

Este facto teve uma enorme influência na política colonial portuguesa, retemperando-a ao lembrar os portugueses em geral, e os governantes em particular, da importância dos territórios ultramarinos, os quais se começavam a tornar objecto de constante cobiça por nações estrangeiras, manifestada nas constantes ofensivas diplomáticas para concretizar tais intentos. Tal aviso fez surgir a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) que, patrocinada pelo Estado, nasceu com a missão de divulgar o ultramar português, contribuir para o renascer do Portugal colonizador, e simultaneamente, coordenar todos os estudos de carácter histórico,

geográfico, económico, etc., relativos aos territórios ultramarinos. Promoveu-se assim a ocupação efectiva das colónias, e iniciaram-se esforços diplomáticos para alcançar um acordo directo entre as várias nações colonizadoras de África, nomeadamente quanto aos limites da expansão. Simultaneamente, Andrade Corvo, então Ministro da Marinha e Ultramar, organizou as primeiras expedições e viagens de exploração com o objectivo de ligar as duas costas de África⁷, das quais nasceu o célebre “mapa cor-de-rosa”, numa tentativa de consumir o velho sonho de fundar uma grande e fluorescente colónia, que fosse de um oceano a outro.

Entretanto, numa Europa em plena revolução industrial, na qual se começam a confrontar a poderosa e hegemónica economia Britânica com as ameaçadoras economias, francesa e sobretudo Alemã, começa a surgir, nestas e noutras potências europeias, uma ambição por *espaço vital*. Assim, e com a descoberta de minérios ricos, como o carvão, diamantes, ouro, cobre, etc., começaram-se a desenhar políticas expansionistas por parte destes estados, com a Grã-Bretanha a liderar o processo. Numa primeira fase através de missionários, e numa segunda, através de comerciantes e prospectores de Minas, que fizeram com que se realizasse um acordo internacional que fixasse princípios e limites entre territórios colonizados pelos diversos Estados – o Congresso de Berlim – terminando inevitavelmente com o rasgar do idealizado “mapa cor-de-rosa”.

As resoluções tomadas no Congresso de Berlim, obrigaram o Governo português a intensificar a ocupação militar efectiva da província de Moçambique, a qual não seria de todo pacífica pelos vários povos ainda insubmissos: Macuas, Namarrais e outros a norte, e Vátuas a sul da província, sendo estes últimos liderados pelo célebre Gungunhana⁸, que face ao conjunto de pressões externas quer de Portugal, quer da Grã-Bretanha, e até mesmo pelas ofertas de Cecil Rhodes⁹, vai jurando submissão a uns e outros, sobretudo para daí tentar obter vantagens e, simultaneamente, ir protelando a sua autonomia.

No campo militar, além das já referidas expedições à Zambésia, há a assinalar muitos outros factos. É por esta altura que começam a surgir inúmeras revoltas dos povos locais, nomeadamente a célebre revolta de Massingire (1884), na qual foi massacrada a guarnição militar que ali estava aquartelada, ao que se seguiu uma marcha devastadora sobre Quelimane, local onde ocorre o episódio heróico e protagonizado pelo Valoroso Caldas Xavier¹⁰. Outras revoltas se seguiram, a revolta no Chire (1889), o Combate de Macequece (1890), entre outras menores, que, comprovadamente patrocinadas por interesses Britânicos, foram tendo maior ou menor resposta das exíguas mas heróicas e valorosas forças portuguesas, e que a história bem atesta.

Entretanto, em 1891, o Governo português organiza uma primeira expedição militar constituída por um Batalhão de Infantaria, uma Bateria de Artilharia de Montanha, uma Companhia de Artilharia de Guarnição, uma Companhia de Engenharia, e elementos do Apoio de Serviços. Esta primeira expedição, apesar de não ter tido um desempenho tão glorioso, iniciou a ocupação da região da Foz do Limpopo, impedindo o contrabando de material de guerra que por ali se fazia em favor do Gungunhana, e serviu de *testa de ponte* às expedições seguintes e à consequente efectivação da ocupação militar da Província.

Daqui em diante, e nas palavras de Mouzinho “um período novo se abriu, período de perigos, de sustos e de trabalhos, mas período de vida. A cobiça da Europa deu-nos um conhecimento vago do tesouro que ainda possuíamos, e a campanha de 95 deu-nos a confiança na força própria, com que pudemos debelar as dificuldades do domínio interno da colónia”.

Foi nesta memorável campanha de 1895, que Aires de Ornelas participou e se destacou, no que para si era *o simples cumprimento do Dever*.

DO MILITAR DISTINTO AO HOMEM DE ESTADO

O CIDADÃO

Aires de Ornelas e Vasconcelos¹¹ nasceu na freguesia de São Lourenço (Camacha), do Concelho de Santa Cruz, da Ilha da Madeira, em 5 de Março de 1866¹². Pertencente a uma das mais antigas e nobres famílias madeirenses, era filho primogénito do Diplomata Agostinho de Ornelas Vasconcelos Esmeraldo Rolin de Moura, 14º Morgado do Caniço, e de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, filha do 8º Conde da Ponte e de D. Maria Thereza de Sousa Botelho, dos Morgados de Mateus, Condes de Vila Real. O Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, era seu tio. Pertencia à estirpe de D. António Rolin de Moura, primeiro conde da Azambuja, descendente dos cruzados ingleses D. Child de Rolin, que se fixaram em Portugal no reinado de D. Afonso Henriques, tronco da casa dos condes de Val de Reis e Duques de Loulé. Aires de Ornelas foi casado com D. Maria de Jesus de Sousa e Holstein, neta dos Marquesses de Sesimbra.

A sua Ascendência ordenava-lhe que fosse soldado e crente. Indicavam-lhe o caminho Fernão Fernandes de Ornelas, o abade de Alcobaça João de Ornelas, além dos que tinham sido soldados e navegadores como Pêro de Ornelas. Exemplos não faltavam na sua família.

Abastado, feliz, podendo ter sido um oficial do estado-maior, sedentário, como alguns que não tinham seus pergaminhos, Aires de Ornelas quis ser soldado na acepção rigorosa da palavra e do ofício. A bravura, o sacrifício, o denodo, eram seu apanágio como a riqueza e a nobreza de carácter, valores que sempre ladearam o seu caminho e que cumpriu fielmente.

Além da tradição, outros motivos especiais levaram Aires de Ornelas para as linhas da batalha. A educação esmerada que recebeu, compreendia, para além duma formação rigorosa e austera pelos padres jesuítas no ensino secundário, a obrigatoriedade de falar correctamente três línguas pelo menos. Falava fluentemente as línguas francesa e inglesa.

Cultivava o conhecimento erudito da História, com especial interesse pelos descobrimentos segundo uma tradição profundamente arraigada nas antigas famílias madeirenses. Talvez a insularidade atlântica tenha constituído um factor importante no forjar do carácter e pensamento de Aires de Ornelas, bem patente nos seus escritos os quais espelham a curiosidade de determinar os factores da antiga grandeza e o desejo de reconstruí-la desde as bases, embora com espírito liberal. Na biblioteca de Aires de Ornelas existiam e eram objecto de leitura assídua os clássicos da historiografia nacional, a par das obras mais notáveis da

política moderna, de modo que a mais perfeita informação actualizada fornecia os elementos da construção do futuro sob a inspiração dos mais genuínos intérpretes do pensamento dos nossos maiores. Era deles que auria o elevado ideal que guiou os seus passos de militar, de estadista e publicista.

E depois de uma vida de intensa acção, veio a falecer em Lisboa, sem descendência, a 14 de Dezembro de 1930, repousando os seus restos mortais no cemitério de Nossa Senhora das Angústias, no Funchal.

O MILITAR

A sua vida militar começa no dia 27 de Novembro de 1881 ao assentar praça como voluntário no Regimento de Cavalaria n.º 4 onde permaneceu até 18 de Outubro de 1884, data em que foi promovido a Alferes Aluno de Artilharia e foi colocado no Regimento de Artilharia n.º 1. Durante esse período, de cerca de três anos, continuou a frequentar a Escola Politécnica onde já se encontrava matriculado mesmo antes de iniciar a carreira militar e onde fez os preparatórios do curso de estudos para o Corpo de Estado Maior que frequentou na Escola do Exército entre 10 de Novembro de 1884 e 10 de Novembro de 1888, data em que foi colocado no Regimento n.º 4 de Cavalaria do Imperador da Alemanha Guilherme II. A 9 de Janeiro de 1889 foi promovido a Alferes do Corpo de Estado-Maior e a 28 de Janeiro de 1891 a Tenente. Em Julho de 1893 foi colocado no Corpo de Estado-Maior. A 12 de Dezembro desse mesmo ano foi mandado apresentar no Ministério da Marinha e Ultramar a fim de desempenhar uma comissão de serviço na Província de Moçambique, onde desembarcou a 21 de Janeiro de 1895 em Lourenço Marques. Foi na qualidade de Oficial do Corpo de Estado-Maior e na situação de Adjunto ao Chefe do Estado-Maior das Forças Destacadas¹³.

A longa jornada de Aires de Ornelas teve o seu início bem cedo. Faltaria ainda um mês para embarcar, já Aires de Ornelas devorava os mais recentes manuais estrangeiros acerca da forma de fazer a guerra em África, pois por estranho que pareça, não existia qualquer doutrina sobre esse tema, e a sua mente era constantemente assaltada por questões “como devíamos combater, como combatiam os nossos adversários”? No dia do embarque, já Aires de Ornelas tinha feito a sua selecção literária, e no dia em que desembarcou em Lourenço Marques, juntamente com Ferreira da Costa tinha prontas as suas *Instruções para o Serviço de Campanha em África*¹⁴, precioso regulamento táctico, a cuja estrita observância se ficaram a dever em grande parte os nossos triunfos na Campanha de 1895. Pois essa nova doutrina, adequada a um estilo de guerra novo, continha fundamentalmente dois esquemas¹⁵: o da

formação em marcha, e o da ordem de batalha. Estes dois vieram fazer face à maior vantagem de qualquer inimigo em África – a *Surpresa*.

Mas Aires de Ornelas não se limitou à criação da doutrina; também planeou e participou nas operações como elemento combatente.

Passados doze dias do seu desembarque em terras ultramarinas, travava-se o primeiro combate da jornada de 1895 – Marracuene, a apenas alguns quilómetros de Lourenço Marques. Para Aires de Ornelas constituiu o seu baptismo de fogo, distinguindo-se pelo seu empenho pessoal na preparação da operação e na reorganização do quadrado durante o combate, e constitui momento de consagração das suas *Instruções para o Serviço de Campanha em África*.

Seguiu-se, em 7 de Novembro, o Combate de Coolela, no qual Gungunhana sofre um duro golpe nas suas forças de elite e no decorrer da qual se viu obrigado à fuga. Aires de Ornelas participa neste combate como Adjunto do Chefe de Estado-Maior da Coluna. O Combate de Coolela vai permitir o golpe audacioso e genial de Mouzinho em Chaimite, havia Aires de Ornelas sido chamado a Lisboa.

Regressa em Abril de 1896, agora como Chefe de Estado-Maior da Província de Moçambique. Nesse mesmo ano em 12 e 20 de Outubro traía-se o Combate de Magenga em que Aires de Ornelas é ferido a tiro na perna direita¹⁶. Passados três meses, em 3 de Março de 1897, já com o posto de Capitão, participa no Combate de Naguema, e em 6 do mesmo mês no de Ibrahim. Entre Junho e Setembro desse ano é Chefe de Estado-Maior da coluna que opera no distrito militar de Gaza, participando no Combate de Macontene em Julho. Ao todo participou em seis combates formais.

Mouzinho, numa das várias referências elogiosas registadas nos relatórios das acções de combate, escreveu: "A todos os requisitos de um bom oficial do Estado-Maior, junta o desembaraço e a ousadia indispensáveis para um oficial de cavalaria, podendo sem dúvida considerar-se um dos oficiais mais completos de entre os da sua patente no Exército."

Em três anos seguidos – 1895, 1896 e 1897 – esmaltou a sua Nota de Assentos com os seguintes serviços militares ultramarinos: Quatro campanhas, seis combates formais, ferimentos no terceiro, cargas de cavalaria na Mujenga e em Maconténe, 826 quilómetros a cavalo em 21 dias (Gaza, 1897), tudo isto acumulado em menos de três anos: eis os seus créditos, sem igual, de *soldado de África*.

Mereceram-lhe as seguintes Condecorações: Oficial da Torre e Espada (1896); Duas medalhas de prata da classe de valor militar (1896 e 1897); Três medalhas de prata da Rainha D. Amélia (1896, 1897 e 1897).

Mereceram-lhe os seguintes Louvores: **Régio**, averbado – *“pelo zelo e inteiro conhecimento dos seus deveres com que procedeu sempre, tanto durante a organização e preparação a coluna, de cuja remonta foi também encarregado, como no decurso da campanha”,* (palavras da proposta de Mouzinho em 1897.); **Do Comissário-régio** averbado – *“que pessoalmente agradece pela dedicação e eficaz cooperação que lhe prestou, tanto na direcção das forças regulares como na dos auxiliares”.* (Palavras de Mouzinho em 1897).

O POLÍTICO

É com 40 anos de idade que Aires de Ornelas inicia o seu percurso político. Exerceu diversos cargos entre os quais de destacam variadas missões diplomática, *Par-do-Reino* hereditário desde 1902, Governador do Distrito de Lourenço Marques em 1905, Deputado em algumas legislaturas a partir 1918, Lugar-Tenente de el-Rei D. Manuel II em Portugal desde 1915 até à sua morte, e talvez a de maior destaque, pelo valoroso contributo que nessas funções deu ao país, Ministro da Marinha e do Ultramar, entre Maio de 1906 e Fevereiro de 1908, durante o Governo do Conselheiro João Franco. Aires de Ornelas considerava que Portugal se deveria voltar para o mar, tal como o fizera no século XVI, pois seria essa a única forma de se conservar o Ultramar, afirmando na suas obra *O Problema Naval Português*: “Temos a obrigação sagrada de defender o território nacional; corre-nos o dever impreterível de assegurar a defesa marítima e, até onde pudermos, a inviolabilidade da nossa costa.” Assim, além de criar o então Supremo Conselho de Defesa Nacional, desenvolveu uma detalhada e arrojada mas política naval mas compatível com os recursos da Nação. Assim, procurou valorizar a Armada, planeando novo arsenal do Alfeite, e definindo um programa de ressurgimento do nosso poder naval, que incluía, além da aquisição de contra-torpedeiros e submarinos para a defesa móvel do porto de Lisboa e da Base do Alfeite, a criação de iguais defesas para os portos da Horta (Açores) e São Vicente (Cabo Verde), que constituiriam os vértices do triângulo estratégico naval no Atlântico.

O PUBLICISTA

Como se não bastasse tudo o que já havia feito, fundou a Revista do Exército e da Armada, adquiriu o Jornal das Colónias, criou o Diário Nacional e o Correio da Manhã, e em todas estas publicações colaborando activamente, sempre com estudos e artigos de elevada qualidade e pertinência. Quanto a Obras escritas, deixou as seguintes:

- Raças de Línguas Indígenas da Província de Moçambique;
- O Problema Naval;
- Cartas de África (Vol. I – Campanha de 1895; Vol. II – Viagem com o Príncipe-real)
- As teorias de Charles Maurras;
- O primeiro ano da guerra;
- O segundo ano da guerra;
- O Ultramar Português.

EXORTAÇÃO

Aires de Ornelas, a propósito do dever militar, dizia: “a responsabilidade de quem tem a subida honra de dirigir e comandar soldados em campanha, sobretudo em fogo, é tal que tudo o que faça para lhes conservar a honra e a vida é pouco”.

A esta atitude pessoal coordenadora de todas as forças de alma, em suprema resultante de abnegação, chama Aires de Ornelas muito simplesmente *Servir*.

Sendo esse o seu lema pessoal dominante, traduzido por todos os actos da vida, foi também esse o preceito, que apregoeou abertamente, a amigos e a estranhos, de viva voz e por escrito, e que não tendo sido o inventor, mas um dos restauradores da beleza desse verbo imenso, e que daria o epitáfio ideal para a sua campa de soldado: *Serviu*.

Cadetes do Curso Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, permiti-me à ousadia de adaptar aos nossos dias e à nossa Condição Militar algumas palavras de Eduardo Lupi, ajudante de campo do vosso Patrono, e que tão bem traduzem o seu sentimento:

- Servir não é somente guerrear. É, sobretudo, suportar incómodos e adversidades das privações afectivas e materiais, da solidão, é dar sempre o exemplo, na guerra como na paz. Servir é ser justo e ministrar recta justiça, é combater e fazer combater quando é devido, é administrar com probidade e com competência, adquirindo-a e melhorando-a quando escasseia, é ousar, é iniciar, é preservar, é estimular, é proteger, é viver para o dever e excedê-lo, se é que ele tem limite. Porque *além do dever* só sabe ir, nunca dando por tal, quem nasceu soldado. Por isso, dizia Aires de Ornelas que, chamar a um Homem *Soldado*, isto é reconhecer-lhe a integral conservação de todos os dotes espirituais do soldado nas circunstâncias mais ásperas e difíceis em que esse homem possa ser mandado servir, é conferir-lhe o maior título de nobreza que alma grande de português possa ambicionar.

Mas custa muito merecer semelhante título. O preço é a vida inteira apostada na dedicação simplesmente pela dedicação, e não por notoriedade, vivida não só no destemor dos perigos e da morte mas desejando-a na realidade e a todos os instantes.

Exactamente assim, foi Aires de Ornelas e Vasconcelos *Soldado* – toda a vida, lá e cá: ninguém o excedeu, raros o igualaram. Tudo o mais, diferente, que foi e fez – não passou do cumprimento do dever de cada dia.

Cadetes do Curso Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, dignificai o nome do Vosso Patrono.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

- *Arquivo Histórico Militar*, Processo Individual: AHM/DIV/3/7/1181

FONTES IMPRESSAS

- AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XIX, Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, Rio de Janeiro, 1945;
- AAVV, *O Grande Livro dos Portugueses*, Edição do Círculo de Leitores, Lisboa, 1991;
- Academia Militar, *50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar*, Lisboa, 2004.
- *Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, Volume XXI, Arquivo Histórico da Madeira, 1998;
- BOTELHO, General José Justino Teixeira, *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*, 2ª Edição, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1936;
- CAETANO, Marcelo, *As Campanhas de Moçambique em 1895: segundo os contemporâneos*, Editora Átila, Lisboa, 1947;
- COSTA, Miguel Pelágio Teixeira da, *Ayres D'Ornelas e o Ultramar*, Casa da Madeira, Lisboa, 1967;
- LUPI, Eduardo, *Aires de Ornelas*, Coleção Pelo Império, n.º 24, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, Ministério das Colónias, 1936;
- MARTINS, General Ferreira, *As Virtudes Militares na Tradição Histórica de Portugal*, 2ª Edição, Liga dos Combatentes, Lisboa, 1954;
- MARTINS, General Ferreira, *Figuras e Factos da Colonização Portuguesa*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1942;
- MARTINS, General Ferreira, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1945;
- MARTINS, Rocha, *Vermelhos, Brancos e Azuis – Homens de Estado, Homens de Armas, Homens de Letras*, Coleção Portugal dos nossos dias, Volume I, Vida Mundial Editora, Lisboa, Maio de 1948;
- ORNELAS, Aires de, *Colectânea das suas principais Obras Militares e Coloniais*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1934.
- TELO, António José, *Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis*, Editora Tribuna da História, Lisboa, 2004;

-
- ¹ Vide Obra do General Ferreira Martins, *As Virtudes Militares*, pág. 21.
- ² MARTINS, General Ferreira, *As Virtude Militares*, pág. 22.
- ³ In Discurso do Exmo Comandante da Academia Militar, Tenente-General Carlos Alberto de Carvalho dos Reis, em 12Jan2006, por ocasião das comemorações do Dia da Academia Militar.
- ⁴ MARTINS, General Ferreira, *As Virtude Militares*, pág. 25.
- ⁵ *Delagoa Bay*, na denominação inglesa. Actual cidade de Maputo, Capital de Moçambique.
- ⁶ Então Presidente da República Francesa.
- ⁷ Viagens que imortalizaram os nomes de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, Oficiais, o primeiro de Infantaria elaborando o famoso relatório “Como eu atravessei África”, e os dois últimos de Marinha, com os seus notáveis trabalhos “De Benguela às terras de Yaca” e “De Angola à Contra-Costa”, constituindo excelentes estudos do sertão africano.
- ⁸ Ou Nghungunyani: sucessor de Muzila e chefe da mais importante sociedade guerreira de Moçambique.
- ⁹ Através dos interesses da sua Companhia – BSAC (*British South African Company*).
- ¹⁰ Ver descrição pormenorizada em: MARTINS, General Ferreira, *As Virtude Militares*, pág. 350.
- ¹¹ Nas diversas referências sobre a sua personalidade, surgem diferentes formas de escrever o seu nome: *Ayres de Ornelas e Vasconcellos*, *Ayres Ornellas de Vasconcellos*. Contudo, foi adoptado, como forma de designar o Patrono dos cursos de entrada na Academia Militar 2005/06, ***Aires de Ornelas e Vasconcelos*** por ser este o nome pelo qual é mais vezes retratado.
- ¹² Conforme a sua Nota de Assentos à guarda do Arquivo Histórico Militar.
- ¹³ O então Capitão Eduardo Ferreira da Costa.
- ¹⁴ Reimpressas no 2º volume da *Colectânea das principais Obras Militares e Coloniais de Aires de Ornelas*.
- ¹⁵ Ver descrição pormenorizada em TELO, António J., *Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis*.
- ¹⁶ “Contusão e equimose extensa na coxa direita causada por arma de fogo”, Conforme consta na sua Nota de Assentos